

A escola pública

Fátima Cunha Ferreira Pinto *

O privilégio de discutir-se o problema educacional brasileiro não mais se localiza num foro especializado onde mestres, doutores e profissionais do ensino, por delegação da sociedade e por mérito, engajam-se na tarefa de aperfeiçoamento e melhoria do sistema educativo. Passou a ser, por contingência da rápida evolução tecnológica e científica, pauta e tônica de vários segmentos da sociedade, vez que a aceleração do processo informativo alcança inexoravelmente o coxo e o lépido, em se considerando fontes alternativas de educação e informação oriundas dos *mass media*, além daquelas ortodoxas e tradicionais concentradas no fechamento do espaço escolar. Negar uma competição informativa generalizada entre a divulgação do conhecimento informal e genérico e o saber escolástico seria estultice, porque a teledivulgação, por exemplo, ou o apelo à informatização do conhecimento ocupam um espaço significativo nos discursos do aprendiz tenro ou maduro.

O saber ideal, em termos absolutos, não se sujeita a uma avaliação, porque vive na relatividade das coordenadas históricas e culturais; o que não nos impede, entretanto, da tentativa de uma análise filosófica sobre o processo de impressão nas mentes do teor e validade do conhecimento. Assim, se alguma validade há nos métodos tradicionais utilizados nos bancos escolares seria aquela da ordenação, disciplina e continuidade vigentes nas disciplinas convencionais, aliadas à hipótese de uma preocupação seria quanto à disseminação de princípios éticos interessados em prover a sociedade de cidadãos dignos da convivência social pacífica e útil. Disto não se ocupam

os meios informais, uma vez que os seus propósitos primeiros não se baseiam na educação pela educação.

O que para nós, educadores, fica bastante claro é que, pelo menos no nosso ponto de vista, a descontinuidade espaço-temporal em que se inserem as mensagens informais, ou a simultaneidade plural delas, produz uma espécie de conhecimento esquizofrênico cujo referencial passa longe da realidade e, assim sendo, subtrai ao indivíduo sua capacidade sócio-cultural produtiva e participativa. Por outro lado, a rigidez, a compartimentalização e a própria escolha de disciplinas formais e tradicionais levam-nos também, neste momento, a questionar a validade de sua eficácia quanto à extensão e ao desempenho de seus usuários no mundo moderno, uma vez que não há como negar a

aceleração fantástica do progresso científico e tecnológico no setor informativo moderno e a defasagem histórica entre Escola e Mundo.

Disto não escapam a escola pública e a privada. Ambas estão a carecer da reformulação de propostas e métodos educacionais compatíveis à nova realidade do século XXI, sob pena de rolarmos escada abaixo nos degraus da acelerada transformação histórica, cuja mola motriz parece localizar-se na potencialidade integrativa entre as várias ciências.

Há pouco, dizíamos da confraternização generalizada de opiniões leigas e profissionais acerca do problema educacional brasileiro, e, é bom

que se diga, há um consenso no julgamento de valor negativo sobre as escolas como um todo. A propaganda elitista aponta invariavelmente para a excelência do ensino privado no Brasil — e seria um verdadeiro contra-senso econômico alardear o contrário —, imprimindo, sub-repticiamente, na mente comum a verdade do seu contrário; ou seja, a de que a escola pública é desmerecedora de crédito. Entretanto, para que a propalada superioridade do ensino privado ficasse comprovada, seria necessário, antes de mais

nada, proceder-se a um estudo sobre as origens naturais, sociais e culturais de seus alunos; sobre o seu potencial econômico que lhes proporciona acesso a cursos sofisticados de extensão acadêmica e tutoria; sobre as condições físicas dos estabelecimentos de ensino e, o que seria essencial,

sobre a priorização de métodos específicos de ensino adaptados às exigências técnicas dos exames vestibulares. Então, somente então, após a discriminação de critérios básicos de avaliação, é que se poderia levar a sério qualquer opinião contrária à eficácia ou excelência da escola pública, ante o que nos curvaríamos de bom grado. Antes da definição de critérios avaliatórios, tudo fica restrito ao campo da especulação infundada e injusta, mesmo porque um grande número de professores atende igualmente aos dois setores do sistema educacional brasileiro.

A necessidade de reflexão sobre o sistema

educacional não aflige somente a racionalidade brasileira; atinge, também, a de pensadores de primeiros e outros mundos, porque o homem está defasado da ciência e da tecnologia por ele mesmo criadas e disseminadas. Rifkin, no seu belíssimo estudo sobre entropia (*Entropy — A New World View*), alerta para os perigos da educação quantificada dos fatos, em detrimento do aprendizado compartimentalizado e relacional. Não há dúvida de que a atomização do ensino concebido no solo da unidisciplinaridade acabará por forjar o esfacelamento da mente humana e a destruição do homem social. Michel Foucault (*La Volonté de Savoir*) instrui-nos sobre a transformação trapaceira que os termos soberania e violência sofreram, para se justificar a necessidade da morte. Antes, diz ele, a morte era decretada para a sobrevivência do rei, sendo aí despótica; depois da era clássica, a morte coletiva pôde ser invocada para a proteção de um grupo ou comunidade sociais, sob a ordem de um poder qualquer. Ora, o questionamento que se impõe não se relaciona à morte em si, mas ao poder soberano sobre a vida do outro.

Alinhados a Foucault, nós, do setor educacional, também não queremos interrogar sobre a validade da morte dos setores educacionais públicos ou privados. Mais nos interessa questionar sobre a arbitrariedade e a tirania sociais que, em defesa da vida de um grupo privilegiado, se arvoram o direito de extermínio de outro grupo, igualmente capaz e necessário à vida desta nação que tanto amamos, malgrado seus flagelos e misérias.

* Doutora em Filosofia e secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro